



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 176993 - RS (2021/0002031-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
SUSCITANTE : **PAQUETA CALÇADOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **JOÃO CARLOS LOPES SCALZILLI - RS016581**
 MARCELO BAGGIO - RS056541
 JOAO PEDRO DE SOUZA SCALZILLI - RS061716
 AQUILES E SILVA MACIEL E OUTRO(S) - RS109422
SUSCITADO : **JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA - RS**
SUSCITADO : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO**
INTERES. : **JOSEVAL DE CARVALHO SANTOS**
ADVOGADO : **IVO GOMES ARAÚJO - BA025361**

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência suscitado por PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) em que aponta como suscitados o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Sapiiranga (RS) e a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Em 27/6/2019, foi deferido o processamento da recuperação judicial da suscitante pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Sapiiranga. Foram suspensas as ações ou execuções contra a recuperanda (fls. 56-63).

Aduz a suscitante que, "em 17 de dezembro de 2016, Joseval de Carvalho Santos ajuizou reclamatória trabalhista em face de Paquetá Calçados Ltda., perante a Vara do Trabalho de Conceição do Coité, BA, pleiteando o pagamento do valor de verbas trabalhistas. A reclamatória trabalhista tomou o n. 0000314-47.2016.5.05.0251" (fl. 4).

Alega, ainda, que, em embargos de declaração no recurso ordinário interposto contra sentença de procedência da reclamação, a suscitante aproveitou para informar o processamento da sua recuperação judicial e postular a transferência dos valores de depósitos judiciais para a conta vinculada à recuperação judicial, o que foi indeferido pela 3a. Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região (fl. 65).

Aponta a existência de conflito positivo de competência e defende a exclusividade do Juízo da recuperação judicial – Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Sapiiranga – para a adoção de atos constitutivos relativos ao patrimônio da recuperanda.

Postula, liminarmente, que "seja imediatamente suspensa qualquer liberação de valores para o credor trabalhista no âmbito da reclamatória n. 0000314-47.2016.5.05.0251, em atenção ao art. 6º, da Lei 11.101/2005 e à competência do Juízo Recuperacional, a fim de que seja dado cumprimento ao ofício do Juízo Recuperacional"

(fl. 13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, bem como quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das referidas empresas, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo juízo universal.

Também estão sujeitas a esse juízo quaisquer deliberações acerca de valores relativos a depósitos recursais existentes em reclamações trabalhistas, ainda que efetivados anteriormente à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação judicial.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LIMINAR DEFERIDA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUSTIÇA LABORAL. DEPÓSITO RECURSAL REALIZADO ANTES DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. RETENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. ART. 76 DA LEI N. 11.101/2005.

1. Os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal. Inteligência do art. 76 da Lei n. 11.101/2005. Precedentes.

2. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência (CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 12/05/2010).

3. É da competência do juízo da recuperação a execução de créditos líquidos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive a destinação dos depósitos recursais feitos no âmbito do processo do trabalho (CC 162.769/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/06/2020, DJe 30/06/2020).

4. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 172.707/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe de 2/10/2020.)

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO - DECISÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM FACE DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - COMANDO QUE AFRONTA DECISÃO DO STJ ADOTADA NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA N.º 152.434/MG - RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

1. Consoante a jurisprudência desta eg. Corte Superior, o ajuizamento da reclamação, que constitui medida correicional, pressupõe a existência de um comando positivo desta Corte Superior cuja eficácia

deva ser assegurada, protegida e conservada. (ut Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 22/05/2009) 2. Iniciada a recuperação judicial, é mister que os atos constitutivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação. Precedentes da Segunda Seção.

2.1. As decisões proferidas pela Justiça do Trabalho que determinaram o prosseguimento da execução trabalhista implicaram, de fato, em ofensa à autoridade do julgado desta Corte, a ensejar o acolhimento da reclamação.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt na Rcl n. 35.032/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, DJe de 4/12/2020.)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO TRABALHISTA. DEPÓSITOS RECURSAIS.

1. Após o deferimento da recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa recuperanda.

2. Ao Juízo recuperacional compete, inclusive, deliberar sobre os depósitos recursais constantes de ações trabalhistas, ainda que realizados anteriormente ao pedido de recuperação. Precedentes.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 163.175/GO, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 9/12/2020.)

Ressalte-se que esta Corte Superior mitiga a aplicação do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05, que assegura aos credores o direito de prosseguir em suas execuções individuais após o transcurso do prazo de 180 dias a partir da data em que deferido o processamento da recuperação judicial, por entender que sua aplicação "se mostra de difícil conciliação com o escopo maior de implementação do plano de recuperação da empresa" (CC n. 176.778/SP, Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe de 18/12/2020).

De maneira semelhante, veja-se:

O entendimento desta Corte preconiza que, via de regra, deferido o processamento ou, posteriormente, aprovado o plano de recuperação judicial, é incabível a retomada automática das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005. (AgRg no CC n. 130.138/GO, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 21/11/2013.)

Observa-se, por fim, a existência de precedentes do STJ relativos a casos semelhantes ao destes autos, em que é suscitante a empresa Paquetá Calçados Ltda., no qual o Ministro relator, Raul Araújo, deferiu a medida liminar postulada (CC n. 176.096/RS, DJe de 24/11/2020 e CC n. 172.170/RS, DJe de 19/5/2020).

Verifica-se, portanto, a presença do *fumus boni iuris* relativo ao pedido de suspensão de liberação dos valores para pagamento do credor trabalhista.

O *periculum in mora*, por sua vez, está demonstrado por meio da decisão da Desembargadora da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região que indeferiu o pedido de transferência dos valores do depósito recursal para o Juízo da recuperação (fl. 65).

Ante o exposto, defiro parcialmente o pedido de liminar para suspender, até ulterior deliberação do relator, qualquer levantamento de valores nos autos da Ação Trabalhista n. 0000314-47.2016.5.05.0251, em curso no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, inclusive aqueles relativos ao depósito recursal.

Designo, por conseguinte, o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Sapiranga (RS) para decidir, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Comunique-se com urgência aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente